

Revoga a Portaria do Ministério do Trabalho n.º 1.129/2017

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica revogada a aplicação da Portaria do Ministério do Trabalho n.º 1.129/2017, publicada no DOU de 16 de outubro de 2017, anulando-se todos os atos dela decorrentes.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

O Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, publicou no dia 16 de outubro de 2017, a Portaria n.º 1.129/2017, que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão do seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2C da Lei n.º 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH N.º 4, de 11 de maio de 2016.

Ocorre que, ao bem da verdade, a proposta de alteração de proposta pelo governo, pretende alterar o conceito de trabalho escravo, inclusive tipificado no Códex Penal Brasileiro, em seu art. 129, com a desnudada intenção de dificultar a caracterização deste tipo de prática hedionda, além de dificultar a comprovação e punição deste tipo penal.

A medida intentada pelo Governo Federal, da lavra do Ministro do Trabalho e Emprego, Ronaldo Nogueira, significa um dos maiores retrocessos no que tange à política pela erradicação do trabalho escravo no Brasil e afronta determinantemente resoluções das Nações Unidas, especialmente ao prever que a definição de trabalho forçado está condicionada ao não consentimento do trabalhador.

Segundo a Portaria, mesmo que o trabalhador esteja em condições absolutamente degradantes, em clarividente condição análoga de escravidão, trabalhando praticamente por comida, mas de forma consentida, isto não poderia ser caracterizado como trabalho forçado. É um absurdo sem precedentes na história da nova república brasileira! Um verdadeiro atentado à dignidade humana!

A nova norma pretende, na prática, acabar com a autonomia dos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. Cria uma série de empecilhos que obstaculizam a atuação dos fiscais, bem como dificultam a atuação dos empregadores deste tipo de mão de obra.

Com a norma, passa-se a exigir, dentre outros requisitos para a validação da fiscalização, sempre a presença de policiais – que, segundo especialistas, comumente sofrem influência e pressão dos políticos locais – a assinatura do recebimento do relatório pelo empregador e, como se não bastasse, dependerá também da comprovação de segurança armada no local, já que conceito de mão de obra forçada, alterado pela referida portaria, estabelece a necessidade, para sua caracterização, do não consentimento do trabalhador submetido a esta condição indigna.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) se mostrou muito preocupada com a edição da referida Portaria. Segundo o representante da entidade em Brasília, Antônio Rosa, em declaração publicada pelo portal de notícias G1, “o Brasil, a partir de hoje, deixa de ser uma referência no combate à escravidão que estava sendo na comunidade internacional”.

É inadmissível que o governo de Michael Temer, em clarividente tentativa de agradar um setor representado nesta casa, para angariar apoio e escapar de mais uma denúncia de corrupção que pesa contra si, edite uma norma que atenta contra a dignidade do trabalhador brasileiro, transformando o Estado num instrumento fomentador da mão de obra escrava, impondo-nos um retrocesso de séculos de história.

Desta feita, conclamo os nobres pares a aprovar o presente projeto e sustar a referida portaria, de modo a proteger a dignidade do trabalhador brasileiro e impedir o retrocesso da permissividade do Estado à degradação da mão de obra em condições análogas à escravidão.

Sala das sessões, em 17 de outubro de 2017.

**Deputado Edmilson Rodrigues**  
**PSOL-PA**

**Deputado Chico Alencar**  
**PSOL-RJ**